

Obras do Quadrilátero Central entram na reta final

Reforma em oito vias do Centro Histórico teve atraso de dois anos

/ URBANISMO

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Com mais de dois anos de atraso, muito por conta das enchentes de maio de 2024, a revitalização do Quadrilátero Central, no Centro Histórico de Porto Alegre, está sendo concluída neste final de fevereiro. As vias para pedestres receberam nova pavimentação, postes de luz com iluminação em led, bancos de concreto para descanso e incrementos no paisagismo. O custo da reforma é de aproximadamente R\$ 20 milhões.

Ainda há uma pista interditada na Rua dos Andradas, rente à Praça da Alfândega, para evitar a circulação de veículos pesados como carros-fortes e viaturas da polícia, enquanto o piso de concreto está curando. O bloqueio não se estende para pedes-

tres e ciclistas, que circulam normalmente, e deve permanecer até a metade de março.

Na manhã desta terça-feira, com pouco movimento na Andradas, onde ocorre a finalização da reforma, permanecia o canteiro de obras, pequeno e com poucos equipamentos. Com o trabalho praticamente concluído, o que falta é um selante que vai nas juntas de concreto e precisa de tempo limpo para ser aplicado. Com a chuva forte e os dias fechados entre terça e quarta, a empresa responsável pela aplicação do produto espera as condições ideais para iniciar o trabalho.

Durante a aplicação do selante, que ocorrerá por dois dias, pequenos trechos das vias serão interditados para os pedestres, o que não impedirá o fluxo pelo Centro, conforme a Secretaria de Obras e Infraestrutura (Smoi). O titular da pasta, André Flores,

entende que “melhorou muito a caminhabilidade do bairro” com calçadas maiores e mais confortáveis. No comércio, vê um aumento de fluxo nos estabelecimentos abertos e um impacto positivo na economia. O principal motivo, conforme o secretário, é que a obra não foi feita toda de uma vez.

“A obra acontece desde junho de 2022, mas ela não acontece no mesmo lugar desde junho de 2022. Existem locais que estão entregues desde aquele ano. Como é o caso da Otávio Rocha e da Voluntários”, explica Flores. “Foi uma reforma muito desafiadora, porque é muito complexo fazer obra em espaço aberto, onde circulam 300 mil pessoas. E uma coisa que a gente buscou fazer foi diminuir o impacto, que poderia ser muito maior no comércio”, completa.

A revitalização e urbanização ao longo de quase quatro anos consiste na recuperação de oito



Revitalização da área teve um custo aproximado de R\$ 20 milhões

vias: Marechal Floriano Peixoto, Andradas, Uruguai, General Vitorino, Vigário José Inácio, Voluntários da Pátria, Borges de Medeiros e Otávio Rocha. O foco foi destinado à Rua da Praia, que passou pela revitalização de toda a sua extensão, enquanto as demais ruas ou avenidas tiveram um processo de urbanização – à exceção da rua Uruguai, também revitalizada.

O espaço está mais atrativo para circulação. Em dias movimentados, há o recurso dos bancos na Andradas para repouso em meio às caminhadas ou na espera de quem está em compras nas lojas. No entanto, ainda serão precisos reparos pon-

tuais à medida que se degradam as estruturas.

Flores também entende que o Centro, apesar de histórico, necessita de uma constante atualização. “Ele está sempre em transformação. Os prédios eram residenciais, depois muitos viraram comerciais. Agora tem o movimento de fazer um retrofit para que as pessoas voltem a morar no Centro, por toda a infraestrutura que está aqui instalada”, salienta. Outras ações recentes da prefeitura são a demolição do Esqueleto e a revitalização do Viaduto Otávio Rocha, que recentemente enfrentou novos problemas com pichação.

Número de mortos em Minas Gerais sobe para 46

/ CLIMA

O número de mortos nas cidades atingidas por temporais na Zona da Mata, em Minas Gerais, subiu para 46 ontem. No total são 40 óbitos em Juiz de Fora e outros seis em Ubá. No total há ainda 27 desaparecidos. Em Juiz de Fora, há 3 mil desabrigados e 400 desalojados. Já em Ubá, 26 pessoas estão desabrigadas e 178 desalojadas. O Corpo de Bombeiros continua as buscas e atua em nove frentes de trabalho.

A cidade de Juiz de Fora foi a

mais afetada pelas chuvas e está em estado de calamidade pública desde a madrugada de terça-feira.

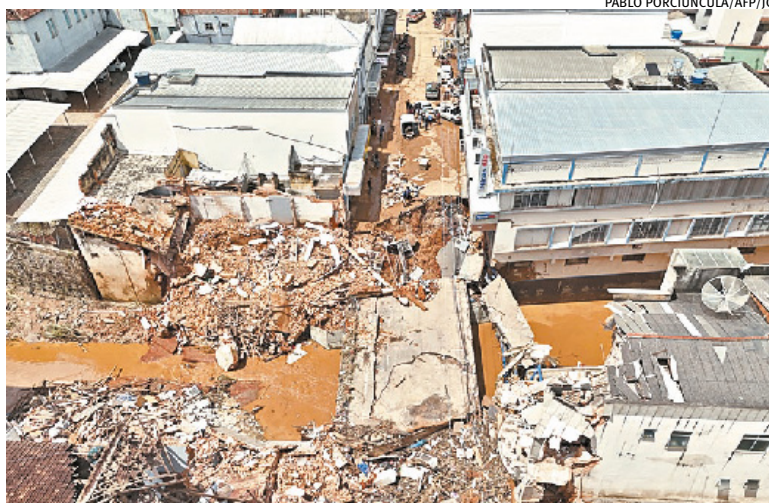
A prefeitura disse na manhã de terça, horas após os temporais, que a cidade havia amanhecido com “cicatrices”. Várias ruas do município inundaram ou tiveram a passagem interrompida por árvores que caíram e precisaram ser fechadas. Moradores relataram que tiveram pouco tempo para sair de casa antes da tragédia. No Parque Jardim Burnier, onde cerca de 12 casas foram destruídas com a força do deslizamento de terra. O

bairro foi o mais afetado da cidade.

Eles também afirmaram que sentiram o chão trepidar na tarde de domingo, cerca de 24 horas antes do episódio. A primeira noite em Juiz de Fora após as chuvas foi de boa parte do comércio de bares, restaurantes ou shoppings fechado mesmo em áreas que não foram atingidas por enchentes ou deslizamentos. Nesses locais, a noite e madrugada foram de vigília na busca por desaparecidos e soterrados.

Ontem, uma escola pública que servia de abrigo para pessoas afetadas pela chuva em Juiz de Fora precisou ser esvaziada pelo risco de novos riscos de deslizamento. A Escola Municipal Antônio Faustino da Silva, no bairro de Três Moinhos, foi dedicada a receber desalojados a partir da noite de segunda-feira, data da principal pancada de chuva. Mas a escola fica próxima a uma encosta com clarões em risco de novos acidentes, e os desabrigados foram levados para outros locais.

Minas Gerais acumula tragédias provocadas por chuvas intensas que deixaram dezenas de mortos e milhares de desabrigados. Em 2020, ao menos 53 pessoas morreram por conta da chuva.



Juiz de Fora é a cidade mais afetada e está em estado de calamidade

Mãe de menina vítima de estupro por homem de 35 anos é presa

/ JUSTIÇA

A mãe da menina de 12 anos vítima de estupro por um homem de 35 anos foi presa ontem após o desembargador Magid Nauef Láuar, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), recuar e decidir manter a decisão de 1ª instância que condenou o homem e a mãe da garota.

Desembargador, em decisão monocrática, acolheu os embargos do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG). Ele recuou da decisão anterior e manteve a condenação envolvendo estupro de vulnerável na Comarca de Araguari. Com a decisão, foi expedido um mandado de prisão do homem de 35 anos e da mãe da vítima. Informação foi confirmada pelo Tribunal de Justiça, que não forneceu mais detalhes sobre o caso.

O MP-MG recebeu a notícia com “profundo alívio e satisfação a notícia de reforma da decisão”, diz promotora. Segundo Graciele de Rezende Almeida, “as sociedades e os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente uniram-se ao Ministério Público

em uma só voz que foi ouvida pelo poder judiciário”.

Réu estava solto desde a decisão do desembargador. A sentença anterior havia fixado pena de nove anos e quatro meses de prisão e o homem estava preso preventivamente.

Anteriormente, Magid Nauef Láuar havia usado justificativa de que o vínculo seria “consensual”. Embora a vítima tenha menos de 14 anos -idade que, pela lei, configura o crime independentemente de consentimento, o colegiado concluiu que o contexto analisado não justificaria a condenação, segundo o site especializado Conjur.

O MP-MG havia recorrido da decisão. Promotores apresentaram embargos de declaração para tentar reverter a absolvição do homem e da mãe da vítima. O recurso questiona a interpretação adotada pelo tribunal. Promotores dizem que o caso não se enquadra na exceção “Romeu e Julieta”, interpretação que costuma ser discutida em casos envolvendo adolescentes próximos em idade.